

O Feminino no Brasil Colonial e o Currículo

Mylena Pereira da Silva*
syal.mps@gmail.com

RESUMO: O objetivo de artigo é apresentar alguns aspectos relevantes sobre o Currículo e a representação da História da Mulheres no Brasil Colonial do século XVI e levar o leitor a refletir acerca das identidades, protagonismos e a importância do assunto dentro do Currículo na contemplação de diferentes versões da História tradicional masculina.

PALAVRAS-CHAVE: História da Mulheres, sociedades Tupinambás, sociedade Cristã, Teorias Pós-Críticas, identidade feminina, etnocentrismo, eurocentrismo.

Introdução

A composição do artigo a seguir irá pautar-se num resgate sobre a discussão de currículo, no ensino de História, sob uma perspectiva feminina acerca das sociedades Tupinambás e Cristã durante a colonização brasileira no século XVI. Partindo do princípio que o currículo é construído através de uma escolha, a investigação seguinte tem como objetivo protagonizar o segmento social das mulheres, excluídas dos moldes curriculares tradicionais e dentro das salas de aula. Porém, este artigo irá além da condição de subserviência feminina cristã, tratando-as como personagens identitárias ativas e de notável influência histórica dentro de diferentes lógicas sociais.

Aqui, abordar-se-á historiadores e pensadores da educação relevantes dentro do assunto, fazendo certos resgates à Antropologia, com o objetivo de desmistificar a História tradicional masculina dos grandes acontecimentos políticos e melhor articular uma História Sociocultural proporcionada também pelas novas teorias de currículo Pós-Críticas.

O artigo contemplará pontos que, sob uma perspectiva pessoal, parecem mais pertinentes para o esclarecimento sobre o assunto, tendo em vista que o estudo e ensino histórico é pautado, num primeiro momento, pela questão da escolha, este artigo não será diferente e nem tem como meta abordar a totalidade complexa dessa discussão gênero-identitária. A

* Mestranda pelo programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

delimitação será a discussão da História das Mulheres dentro da sociedade Tupinambá e Cristã da época através da crítica pessoal à narrativa a respeito da Colonização do século XVI ser encarada como estritamente masculina nos discursos tradicionais, nos livros didáticos e por muitos professores. Abordagem essa que causa um não reconhecimento de protagonismo por alunas e pesquisadoras que estão em contato direto com a História. Portanto, dentro da discussão de currículo propagada estão relações de poder e disputas de identidade onde não há neutralidade e cuja injustiça social contra o papel feminino na História é alarmante.

Desenvolvimento

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que cai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. (SILVA, 1999, p.15)

Usando como respaldo a citação do autor acima, vê-se o Currículo como algo construído através de uma escolha. Na historiografia tradicional ao longo das décadas, essa escolha muito se deu através de uma perspectiva eurocêntrica dos acontecimentos, perspectiva essa que delegava à condição acessória diversos outros grupos sociais menores. Não que tais grupos fossem menos importantes na construção da História colonial do séc. XVI, porém, os mesmos, na maior parte das vezes, foram encarados como subservientes à vontade do homem branco conquistador europeu. Claramente o Currículo sempre esteve relacionado com a disputa de poder cuja algumas identidades sociais seriam abordadas mais extensamente por ele do que outras. E é dentro dessa discussão de Currículo sendo espaço de poder e de escolha cuja identidade feminina foi delegada a condição coadjuvante na História.

Dentro da discussão Pós-Crítica do Currículo, o discurso toma grande importante na hora problematizar as diversas injustiças sociais sofridas pelas mulheres ao longo dos tempos e elucidar o multiculturalismo divergente nas sociedades Tupinambás e Cristãs no período colonial.

É crucial ressaltar, também, que a definição de gênero, tão discutida nessas teorias Pós-Críticas, surge na década de 60 dentro da Antropologia no intuito de desnaturalizar o feminino e masculino. Ser “homem” ou “mulher” são construções sociais e o gênero não é algo natural, esses mesmos termos variam no sentido estético, comportamental e afetivo de acordo com a sociedade e cultura (HÉRITIER, 1989). Isso fica bem evidente na diferença entre o papel feminino na sociedade Tupinambá e na Cristã, que serão tratados posteriormente nesse artigo.

Fernandes (2003), afirma que a sociedade Tupinambá reconhecia a hierarquia entre masculino e feminino. Porém, ele chama a atenção para as condições de trabalho das mulheres e sua participação na organização política do grupo em momentos importantes. As mesmas não estavam presente apenas no trabalho doméstico, elas também definiam o crescimento da tribo nessa sociedade, auxiliavam seus companheiros nas caçadas, eram responsáveis por introduzir os homens mais jovens à vida adulta e dominavam os saberes da produção cerâmica e de bebidas utilizadas em diversos rituais antropofágicos essenciais (associados ao diabo pelos portugueses).

A demonização dessas mulheres nativas e sua participação nesses rituais causava estranheza aos olhos portugueses a ponto de serem encaradas como bruxas, reproduzindo a imagem das bruxas europeias. Percebe-se que ao longo da colonização, sob a perspectiva nativa Tupinambá, a humanidade foi retirada dessas mulheres sob orientação misógina numa polarização de serviço a Deus ou ao diabo. O livro do séc. XV, *Malleus Maleficarum* (1484), visava identificar as bruxas e assim, também, ajudou a demonizar a figura feminina.

A Igreja se utilizou de vários recursos para evangelizar essas mulheres, mesmo havendo resistência, era também uma questão de controle com o objetivo de organizar a religiosidade e disciplinar a estranheza de práticas possivelmente condenáveis e heréticas (para os já convertidos).

Raminelli (1997) também visa abordar em sua obra “Eva Tupinambá” a discussão da imagem dos índios para o colonizador europeu através de fontes e imagens, embora, muitas dessas obras possam retratar a realidade sob a perspectiva branca europeia distorcendo uma possível imagem fiel do colonizado. Diferente de João Azevedo Fernandes, aqui já citado devidamente, Raminelli não se atreve a dizer como essas sociedades e mulheres nativas viviam, já que não há fontes nativas próprias, sendo assim, o autor se vale a trazer o discurso feito pelo colonizador sobre essas mulheres, fazendo as devidas pontuações.

É preciso antes considerar que os viajantes adotavam uma perspectiva típica da tradição crítica, pouco se preocupando com as particularidades dos habitantes do Novo Mundo; viam os tupinambás pelo viés europeu, que estranhava, julgava e por vezes reavaliava os próprios valores. (RAMINELLI, 1997, p. 11)

Diferentemente do ensino tradicional histórico, a colonização possui estágios diferentes. Sendo num primeiro momento um contato mais amistoso onde a nudez, principalmente feminina, remete à condição do paraíso, abordado pelo cristianismo, até chegar

à demonização presente nos ritos canibais, danças, nudez sem pudor, e uma autonomia notável da figura feminina, semelhantes ao Sabá das Bruxas europeias. Esses nativos e nativas se mostraram muito mais arredios para abrir mão de seus conceitos e noções. As mulheres mais velhas da tribo resistiam muito mais às imposições jesuíticas do que os jovens, que por terem menos experiência, eram mais receptivos aos padres, facilitando a aproximação.

Nas terras do além-mar, os costumes *heterodoxos* eram vistos como indícios de barbarismo e da presença do Diabo; em compensação, os *bons hábitos* faziam parte das leis naturais criadas por Deus. [...] A cultura indígena foi descrita a partir do paradigma teológico e do princípio de que os *brancos* eram *eleitos de Deus*, e por isso superiores aos povos do novo continente. O desconhecimento da palavra revelada, da organização estatal e da escrita foram vistos como marcas da barbárie e de primitivismo. As diferenças eram consideradas desvios da fé, transgressões capazes de conduzir os americanos ao inferno. (RAMINELLI, 1997, p. 11-12)

Uma comparação extremamente pertinente vem das diferenças etárias dentro dessas tribos Tupinambás em relação ao feminino. Raminelli (1997) afirma que o processo de nudez das nativas passava por uma classificação. As mulheres jovens eram atribuídas naturalmente à condição da maternidade e erotização, durante os anos de seu período reprodutivo, sua nudez era condenável pelos Jesuítas. O controle sobre o corpo feminino não é exclusivamente moral mas também está relacionado ao tipo de sociedade e sua distribuição de poder. Seguindo uma lógica religiosa, semelhantes à Eva bíblica que influenciou Adão ao pecado, as nativas instigavam os clérigos e leigos à danação devido à fragilidade moral acentuada do sexo feminino. Em contrapartida as “velhas canibais” que, por causa do seu período reprodutivo, tiveram seu corpo dessexualizado, eram atribuídas como exemplos de degeneração moral, diferente dos homens velhos nativos encarados como sábios experientes guerreiros, evidente no trecho abaixo:

Consideradas “feias e porcas”, as velhas índias trariam na pele as marcas do pecado e dos desvios de conduta. [...] Elas demonstravam, de forma ostensiva, a degradação da idade e o resultado das transgressões da mocidade. (RAMINELLI, 1997, p. 24)

No que tange a questão do trabalho, as mulheres nativas, segundo Raminelli (1997), ao contrário das europeias, seguiam trabalhando até a hora de dar à luz, nem precisavam de cama para o momento, elas apenas se sentavam e comunicavam às outras que o momento do parto está próximo. Depois do nascimento da criança, elas seguiam suas tarefas domésticas sem o período de resguardo feito pelas mulheres brancas.

A demonização da figura feminina na Europa Cristã em muito influenciou o Brasil Colonial, e os caminhos para a redenção feminina passavam através do casamento, maternidade (atrelada ao feminino a partir do séc. XVI, tendo como exemplo a imagem da Virgem Maria), obediência e oração. Durante o séc. XVI havia falta de mulheres na colônia, principalmente as europeias. Devido ao incentivo da Coroa à vinda delas para a Colônia, o espaço doméstico e “seguro” lhes foi destinado assim como a maternidade. Deixando, assim, o espaço público para o masculino.

Na vida da mulher branca no período colonial no Brasil, várias mudanças são percebidas diferentes da representação indígena do feminino. Mary Del Priori (1993), ao trazer a discussão sobre o matrimônio, aborda que os papéis sociais femininos no modelo familiar tridentino é de total submissão ao masculino, pois, segundo a lógica do século XVI, a natureza indomável feminina precisava dos moldes da cultura, que é masculina. O homem estava para a cultura e o espaço público assim como a mulher estava para essa natureza inferior destinada à reclusão da vida privada. Essa lógica está mais fortemente atrelada às elites, principalmente, que visavam manter a honra de suas filhas para um futuro matrimônio arranjado (já que os ideais românticos não fazem parte do mundo colonial). Segundo a autora, o discurso médico também vai reforçar a conformidade hierarquizada do feminino em relação ao masculino, assim como o discurso jurídico.

O matrimônio, como produto da Igreja, garantiu a subserviência da mulher a fim de corresponder aos interesses da metrópole, já que o casamento era instrumento de legitimação para a união, reprodução e produção de bens. A colônia precisava de mulheres para uniões com fins reprodutivos. Essa união legitimada também era o meio de aceitação social para mulher e uma garantia em meio a uma sociedade violenta e sem qualquer respaldo social para a figura feminina, onde o masculino é o provedor e representante da prole. Devido a isso, as famílias ricas, principalmente, se preocupavam em arranjar um casamento nesse mercado matrimonial, os destinos dessas bem-nascidas já era traçado desde seu nascimento não podendo repelir seu marido, a menos que ele fosse adúltero ou cometesse alguma heresia do tipo, isso difere em muito das sociedades Tupinambás onde a mulher poderia apartar-se de seu marido e vice-versa. Às mulheres que não se casavam era destinado o convento e o recolhimento.

Dentro dessa sociedade colonial branca de lógica masculina não havia perdão nem espaço para mulheres adúlteras, delegadas à margem mais vil da sociedade. Havia uma crença parasitária para criar medo frente ao desrespeito às atividades dentro do matrimônio,

principalmente a fim de controlar a sexualidade. E para isso os bordéis tinham uma função peculiar para satisfazer o masculino e impedir as investidas luxuriosas sobre mulheres bem-nascidas, que deveriam casar virgens.

Tendo como ponto de partida que dentro da noção de currículo está aquilo que é considerado válido de ser ensinado ou não, está justamente o tipo de pessoa considerada ideal, segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999). Num ensino de História masculino e desde muito tempo eurocêntrico, o espaço delegado à figura feminina teve seu protagonismo em muito diminuído, causando uma deficiência na representação das mulheres como sujeitos históricos ativos na longa duração. A discussão sobre o currículo passa por diversas abordagens, porém, uma das mais sensíveis é sobre a identidade de segmentos sociais inferiorizados ao longo dos séculos numa lógica patriarcal e por que não dizer misógina? Não uma misoginia crua de aversão à mulher mas sim uma que passou por níveis de sofisticação (e demonização) chegando aos discursos jurídicos, religiosos e médicos da época.

Graças às lutas sociais, no geral, dentro da Educação e da História na contemporaneidade, uma discussão de Currículo alternativo ganha espaço frente aos muitos grupos sociais silenciados historicamente, como o das mulheres nativas indígenas e das inseridas na lógica cristã do século XVI, “Narrativas essas que expressam as múltiplas identidades, vozes, polifonia, diferentes versões e verdades.” (GABRIEL e MONTEIRO, 2014). Não se pode deixar de perceber, também, que essas mulheres eram fruto de sua época e mesmo que seja comum o erro de atribuir irracionalidade ao sistema por elas vivido no XVI sob as noções contemporâneas em que se vive atualmente, *“Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro.”* (LARAIA, 1993). A correlação de um hábito cultural só pode ser detalhado a partir do sistema a que pertence, sua lógica é interna e resultado de sua própria dinâmica, segundo Laraia (1993). O choque entre diferentes culturas gera modificações em ambas as partes além das mudanças internas de acordo com o tempo.

Conclusão

O artigo proposto teve como objetivo um resgate sobre a discussão de currículo, no ensino de História, sob uma perspectiva feminina acerca das sociedades Tupinambás e Cristã durante a colonização brasileira no século XVI. Partindo do princípio que o currículo é construído através de escolhas feitas que legitimam quais personagens são ideais, a investigação teve como objetivo protagonizar o segmento social das mulheres, excluídas dos moldes

curriculares tradicionais e dentro das salas de aula, apresentando causas e motivos de sua deslegitimação com discursos jurídicos, culturais e médicos. Contudo, este artigo não se pautou apenas na condição de subserviência feminina no XVI, a abordagem da mulher na sociedade Tupinambá teve como objetivo ilustrar de forma menos eurocêntrica e tradicional sua dinamização própria frente a lógica cristã colonial e para isso, foi fundamental o uso de autores e seus recursos no ramo da Educação, História e Antropologia para embasar o conteúdo proposto.

Ressaltando que a discussão é muito mais complexa do que a parte tratada por esse artigo, a luta identitária dentro do Currículo no Ensino de História passa por uma lógica de disputa e é nas Teoria Pós-Críticas que se encontram as abordagens frente as relações de gênero, sexualidade e multiculturalismo necessárias a desmistificação do papel irrelevante feminino durante os séculos. Portanto, na disputa do Currículo não há neutralidade e a injustiça social contra o protagonismo feminino na História deve ser desconstruída fazendo com que a representação das mulheres dentro do Ensino seja incentivada.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha., MATTOS, Hebe., GRINBERG, Keila. História Pública, Ensino de História e Educação Antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, 2019.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*, Belo Horizonte/ MG: Ed. Itatiaia, 1982.
- BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira; QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. A Prática Extensionista e Educação Patrimonial: esforços em prol de uma história pública. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, abr./jun. 2017.
- CAMILO, Débora C. Gonzaga. *As Donas da Rua: Comerciantes de descendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Ouro Preto/ MG: Editora UFOP, 2015.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antítese*, Londrina/ Pr, v. 10, n. 20, p. 829-856, 2017.
- FONSECA, Cecília Fonseca. Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- LIDDINGTON, Jill. O Que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Maria Gouveia de Oliveira, (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Patrimônio, Memória e Ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa & OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EdFURN, 2008.
- PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, Cultura e Patrimônios Regionais: construindo e registrando saberes e práticas. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

ZARBATO, Jaqueline; SCHOSSLER, Joana Carolina; CARVALHO, Aline Vieira. Educação Patrimonial, História Pública e Ensino: Análise e possibilidades para a História. *Fronteiras: Revista de História*, v. 21, n. 38, 2019.